



JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações Contábeis

*Do semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos
em 31 de dezembro de 2023 e 2022.*

Conteúdo

Relatório da Administração

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. O Balanço Patrimonial correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as respectivas Demonstração do Resultado, da Demonstração do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e de exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A **JBCred**, autorizada como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento desde 31/05/2018, está focando atingir seus objetivos de expansão em sua participação no Mercado Financeiro, com base na estratégia de ampliação do volume de crédito ofertado e na busca por aprovação, junto ao seu órgão regulamentador, de novos produtos para incremento do portfólio de operações e níveis de receita.

Atualmente, a **JBCred** possui indicadores de mercado e liquidez financeira em patamares adequados e suficientes, estrategicamente considerados pela Administração, como base para o crescimento sustentável, organizado e homogêneo, em consoante com a sua política de utilização exclusiva de capital próprio.

Conhecer o Mercado e manter a sinergia com seus clientes, para atingir o crescimento desejado, sempre foi e será o princípio fundamental e marca registrada da **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**.

Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 22 março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.

<u>Ativo</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante:		<u>92.263</u>	<u>89.150</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	<u>11.176</u>	<u>12.894</u>
Disponibilidades		11.176	12.894
Títulos e valores mobiliários	6	<u>55.105</u>	<u>55.521</u>
Carteira própria		55.105	55.521
Operações de crédito		<u>23.961</u>	<u>19.624</u>
Setor privado	7a	33.524	33.243
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	7c	-9.563	-13.619
Outros créditos	8	<u>2.016</u>	<u>1.040</u>
Rendas a Receber		3	0
Diversos		2.013	1.040
Outros valores e bens		<u>5</u>	<u>71</u>
Despesas antecipadas		5	71
Imobilizado de uso	9	<u>1.004</u>	<u>1.353</u>
Outras imobilizações de uso		5.347	5.296
(Depreciações acumuladas)		-4.343	-3.943
Outros Ativos intangíveis	9	<u>57</u>	<u>85</u>
Intangível		138	138
(-) Amortizações		-81	-53
Total do ativo		<u>93.324</u>	<u>90.588</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.

<u>Passivo</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante:		<u>4.714</u>	<u>2.718</u>
Outras obrigações		<u>4.714</u>	<u>2.718</u>
Cobrança e arrecadação de tributos		15	14
Sociais e estatutárias	13	1.713	0
Fiscais e previdenciárias	10	588	594
Diversas	11	2.398	2.110
Patrimônio líquido:	13	<u>88.610</u>	<u>87.870</u>
Capital Social		<u>46.500</u>	<u>46.500</u>
De domiciliados no país		46.500	46.500
Reserva de lucros		42.110	41.370
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>93.324</u>	<u>90.588</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.

	Nota Explicativa	2º semestre	Exercícios	
		2023	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		27.614	51.493	49.154
Operações de crédito		23.776	43.505	41.599
Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários		3.838	7.988	7.555
Despesas de intermediação financeira		-6.766	-13.330	-18.796
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7c	-6.715	-13.230	-18.543
Perdas operações de Crédito		-51	-100	-253
Resultado bruto da intermediação financeira		20.848	38.163	30.358
Outras receitas/despesas operacionais		-15.823	-32.234	-31.513
Receitas de prestação de serviços		3	3	0
Despesas de pessoal	15	-4.670	-9.632	-11.446
Despesas administrativas	14	-9.560	-19.127	-16.395
Despesas tributárias	17	-1.520	-2.825	-2.601
Outras Receitas Operacionais	16	412	514	151
Outras Despesas Operacionais	16	-488	-1.167	-1.222
Resultado operacional		5.025	5.929	-1.155
Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações		5.025	5.929	-1.155
Imposto de Renda e Contribuição Social		0	0	0
Provisão para imposto de renda	10b	0	0	0
Provisão para contribuição social	10b	0	0	0
Prejuízo do semestre / Exercícios		5.025	5.929	-1.155
Número de ações		46.500	46.500	46.500
Prejuízo por ação		0	0	0

Demonstração do Resultado Abrangente para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

	2º semestre	Exercícios	Exercícios
	2023	2023	2022
Lucro / Prejuízo do Semestre / Exercício	5.025	5.929	-1.155
Itens que não serão reclassificados para o resultado	0	0	0
Ajustes de avaliação	0	0	0
Total do resultado abrangente	5.025	5.929	-1.155

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.

Em R\$ mil

Nota Explicativa	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Margem Operacional		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.500	0	6.005	37.200	-680	89.025
Prejuízo do exercício	0	0	0	0	-1.155	-1.155
Reserva Legal	0	0	0	0	0	0
Provisão para distribuição de dividendos e JCP	0	0	0	0	0	0
Transferência para Reserva estatutária	0	0	0	-1.835	1.835	0
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.500	0	6.005	35.365	0	87.870
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.500	0	6.005	35.365	0	87.870
Ajuste de exercícios anteriores	0	0	0	1.380	0	1.380
Pagamento Dividendos (Redução reserva)	0	0	0	-5.160	0	-5.160
Lucro do exercício	0	0	0	0	5.929	5.929
Reserva Legal	0	0	296	0	-296	0
Provisão para distribuição de dividendos e JCP	0	0	0	0	-1.409	-1.409
Transferência para Reserva estatutária	0	0	0	4.224	-4.224	0
Saldos em 31 de dezembro de 2023	46.500	0	6.301	35.809	0	88.610
Saldos em 30 de junho de 2023	46.500	0	6.050	31.929	0	84.479
Ajuste de exercícios anteriores	0	0	0	1.380	0	1.380
Pagamento Dividendos (Redução reserva)	0	0	0	-1.080	0	-1.080
Lucro do semestre	0	0	0	0	5.025	5.025
Reserva Legal	0	0	251	0	-251	0
Provisão para distribuição de dividendos e JCP	0	0	0	0	-1.194	-1.194
Transferência para Reserva estatutária	0	0	0	3.580	-3.580	0
Saldos em 31 de dezembro de 2023	46.500	0	6.301	35.809	0	88.610
Mutação do Período	0	0	296	444	0	740

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.

	Nota Explicativa	Em R\$ mil		
		2º Semestre 2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
Lucro líquido ajustado		11.967	19.535	17.833
Lucro / Prejuízo do semestre / exercícios		5.025	5.929	-1.155
Ajustes ao lucro líquido		6.942	13.606	18.988
Depreciações/Amortizações		200	428	407
Provisão para demandas judiciais		27	-52	38
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		6.715	13.230	18.543
Variação em ativos operacionais		-31.730	-17.259	-14.917
(Aumento) / redução - Títulos e valores mobiliários		-20.591	1.217	4.010
(Aumento) / redução - Operações de crédito		-11.110	-17.567	-18.820
(Aumento) / redução - Outros créditos		-57	-975	-140
(Aumento) / redução - Outros valores e bens		28	66	33
Variação em passivos operacionais		1.483	1.890	-325
Aumento / (Redução) - Cobrança e Arrecadação de tributos		1	1	-4
Aumento / (Redução) - Sociais e Estatutárias		1.498	1.713	0
Aumento / (Redução) - Fiscais e previdenciárias		120	-6	-22
Aumento / (Redução) - Diversas		-136	182	-299
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		-30.247	-15.369	-15.242
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-44	-51	-751
Aquisição imobilizado		-44	-53	-751
Baixa Imobilizado de uso		0	2	0
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-894	-5.833	0
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos		-1.194	-1.194	0
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos		-1.080	-5.375	0
Constituição Reserva Estatutária		0	-644	0
Ajuste exercício anterior - Crédito Previdenciário		1.380	1.380	0
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		-19.218	-1.718	1.840
Modificações na posição financeira de caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre / exercícios		30.394	12.894	11.054
No fim do semestre / exercícios		11.176	11.176	12.894
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		-19.218	-1.718	1.840

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado o contrário)

1. Contexto operacional

A **JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** (“**JBCred**” ou “**Sociedade**”) foi constituída em 10 de novembro de 2000, e obteve a autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 20 de dezembro de 2000.

Desde sua constituição, é regida pela atividade que foi autorizada, a **Sociedade** oferece Operações de Crédito somente às Pessoas Físicas, que apresentam ou não restrições de crédito no mercado financeiro. Como política operacional, atua somente com recursos próprios em uma configuração de carteira de operações totalmente “banking”.

A **Sociedade** possui indicadores de rentabilidade e liquidez, consideradas pela Administração, em nível adequado e suficiente em relação ao cenário atual do Mercado Financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2020, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/20, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da **JBCred** e foram aprovadas, pela Administração, em 22 de março de 2024.

3. Mudança nas Políticas Contábeis e Divulgações

Plano de implementação Res. 4.966/21

Em cumprimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e outros normativos correlacionados, a JBCred está elaborando o Plano de Implementação da Regulamentação Contábil e dos impactos preliminares previstos pela mesma resolução.

Este plano engloba a definição de equipe do projeto, estudo da regulamentação, montagem de cronograma em conjunto com fornecedores, bem como apresentação e aprovação da Diretoria.

A JBCred está atuando junto aos grupos de trabalho, fóruns específicos e em contato próximo e permanente com o prestador de serviço de tecnologia para monitoramento e discussão das principais mudanças e funcionalidades impactadas.

A instituição entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros terão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas e controles, bem como reformulação do elenco de contas do COSIF.

O cronograma do Plano de Implementação prevê fases de testes e homologações durante o ano de 2024 para implantação e vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

A Diretoria está ciente e aprova o plano de implementação, considerando os impactos e mudanças contábeis, regulatórias, de risco e normas internas das implementações do proposto pela Resolução CMN 4.966/21, e está empenhando esforços ao atendimento das melhores práticas, visando maior qualidade nas informações fornecidas aos usuários.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Moeda Funcional

As informações financeiras da **JBCred** estão representadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas nas apurações dos resultados do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de Disponibilidades e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes, considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros afins.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço são classificados, quando aplicável, conforme a Circular 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, sendo:

- i) Títulos para negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, classificados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii) Títulos disponíveis para venda: Títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração do resultado e as variações no valor de mercado, quando aplicável, são representadas em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários; e
- iii) Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários para os quais a **JBCred** tem a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a **Sociedade** não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são registradas pelo valor de negociação, acrescidas do cálculo "pró-rata die" com base na variação do indexador e taxa de juros pactuados. A Administração avalia as operações de acordo com o nível de risco, considerando riscos específicos, conjuntura econômica e experiência operacional.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os conceitos e orientações emanadas da Resolução nº 2.682/99, do CMN, destacando que as provisões são constituídas a partir da análise

periódica da capacidade de recebimento e são classificadas em nove níveis, sendo "AA" considerado risco mínimo, e "H" considerados como perda.

As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receitas, quando de seu recebimento. As operações classificadas como nível H, permanecem nesta classificação por seis meses (180 dias), quando então são baixadas para prejuízo, em contrapartida da provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando entre as contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende as orientações da Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

f) Outros créditos e Outros valores e bens

Compostos basicamente por despesas antecipadas, impostos a compensar (quando aplicável), adiantamento a funcionários e outras aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em período futuro.

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzindo-se a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo: 10% ao ano para instalações, móveis e utensílios e equipamentos de comunicação, e 20% ao ano para sistemas de processamento de dados (informática) e de transportes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

h) Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

Os ativos não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (base pró-rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (base pró-rata die).

j) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 20% (2022 – 21%) (Nota 09).

k) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são realizados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e I.N. - BCB nº 319/22, da seguinte forma:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas, conforme demonstrado na Nota nº 10.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da apresentação do Caixa e equivalentes de caixa, da **Sociedade**, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estavam compostos conforme segue:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Caixa	2	1
Depósitos bancários a vista	913	1.269
Títulos e valores mobiliários	10.261	11.624
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.176	12.894

Os depósitos bancários e as aplicações são mantidos em Instituições Financeiras de primeira linha, com liquidez diária e atreladas à variação do CDI. São considerados pela Administração da **Sociedade**, como suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

6. Títulos e valores mobiliários

Abaixo, a composição dos títulos e valores mobiliários mantidos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	<u>31-dez-23</u>		<u>31-dez-22</u>	
	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>
Títulos para negociação				
Carteira própria				
Certif de Dep Bancários - Renda Fixa	55.105	55.105	55.521	55.521
Cotas de fundo de renda fixa	10.261	10.261	11.624	11.624
TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS	65.366	65.366	67.145	67.145

- (i) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, divulgados pelo emissor dos títulos de renda fixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o rendimento de aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 7.988 (R\$ 7.555 em 2022).

7. Operações de crédito

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão compostas por empréstimos à Pessoas Físicas, com taxas prefixadas e atualizadas de acordo com a vigência dos contratos. Abaixo, a composição das operações de crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco e por faixas de Vencimento e Níveis de Risco.

a) Por tipo de operação e níveis de risco:

<u>Níveis de Risco</u>	<u>31/12/2023</u>								<u>31-dez-22</u>	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Empréstimo à Pessoa física	16.481	1.211	2.471	2.102	1.470	1.361	1.218	7.210	33.524	33.243
Total - 30/06/2021	16.481	1.211	2.471	2.102	1.470	1.361	1.218	7.210	33.524	33.243

b) Por faixas de vencimento e níveis de risco

De acordo com as Resoluções, do BACEN, nº 2.682 e nº 2.697, de 21/12/1999 e 24/02/2000, respectivamente, a metodologia de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos e percentuais genéricos de provisão.

Nível de risco	% de Provisão
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10,0%
E	30,0%
F	50,0%
G	70,0%
H	100,0%

A Administração da **Sociedade** avalia, periodicamente, a necessidade de provisões adicionais aos percentuais estabelecidos nas Resoluções mencionadas acima e entende que o montante de provisão é suficiente em relação à expectativa de recebimento dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o risco da carteira estava distribuído como apresentado abaixo:

	31/12/2023										31-dez-22	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	Total	
Parcelas Vincendas	16.116	973	1.648	868	362	218	82	33	20.300		16.408	
01 a 30 dias	3.468	269	433	276	135	99	41	22	4.743		4.162	
31 a 60 dias	4.435	230	478	298	139	73	32	10	5.695		5.292	
61 a 90 dias	2.876	175	303	161	56	32	7	1	3.611		2.222	
91 a 180 dias	4.393	264	403	130	31	14	2	0	5.237		3.959	
181 a 365 dias	941	35	31	3	1	0	0	0	1.011		773	
acima de 365	3	0	0	0	0	0	0	0	3		0	
Parcelas Vencidas	365	238	823	1.234	1.108	1.143	1.136	7.177	13.224		16.835	
01 a 14 dias	365	4	145	144	90	47	33	16	844		714	
15 a 30 dias	0	234	243	233	130	110	62	48	1.060		1.202	
31 a 60 dias	0	0	435	370	278	211	136	140	1.570		1.746	
61 a 90 dias	0	0	0	487	273	261	188	260	1.469		1.766	
91 a 180 dias	0	0	0	0	337	514	717	1.734	3.302		4.764	
181 a 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	4.979	4.979		6.643	
Subtotal	16.481	1.211	2.471	2.102	1.470	1.361	1.218	7.210	33.524		33.243	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-82	-12	-74	-210	-441	-681	-853	-7.210	-9.563		-13.619	
Total líquido de operações de crédito	16.399	1.199	2.397	1.892	1.029	680	365	0	23.961		19.624	
	0,50%	1,00%	3,00%	10,00%	30,00%	50,00%	70,00%	100,00%				

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorreu como demonstrado abaixo:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Saldo inicial	13.619	10.858
Provisao no exercício	20.211	20.707
Reversao provisao no exercício	-6.981	-2.164
Baixa para controle em compensação	-17.286	-15.782
Total de Provisão para Créditos de Liquidação	<u>9.563</u>	<u>13.619</u>

Os créditos anteriormente baixados como prejuízo e controlados em contas de compensação, e que foram recuperados no exercício, estão apresentados na demonstração do resultado em conta com a rubrica de receitas da intermediação financeira – operações de credito, sendo o valor recuperado em 31 de dezembro de 2023 R\$ 3.673 (R\$ 4.468 em 2022).

8. Outros créditos

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Outros Créditos - Diversos		
Circulante	<u>1.869</u>	<u>614</u>
Rendas a receber	3	0
Adiantamento a funcionários	20	31
Adiantamento a fornecedores	126	46
Impostos e contribuições a compensar	1.272	213
Titulos e creditos a Receber	15	49
Outros	433	275
Não Circulante	<u>147</u>	<u>426</u>
Depósitos judiciais (Nota 11)	147	93
Impostos e contribuições a compensar (CSLL)	0	333
TOTAL OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS	<u>2.016</u>	<u>1.040</u>

9. Imobilizado de uso

a) Composição

Item	%	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.743	-1.743	0	94
Móveis e equipamentos	10%	1.363	-810	553	676
Sistema de comunicação	10%	172	-82	90	96
Equipamentos de Informática	20%	1.564	-1.203	361	487
Sistema de Transportes	20%	505	-505	0	0
TOTAL IMOBILIZADO		5.347	-4.343	1.004	1.353

Item	%	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Outros ativos intangíveis	(i)	138	-81	57	85
TOTAL INTAGIVEL		138	-81	57	85

b) Movimentação do Custo

Item	Movimento do Custo				Saldo em 31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias em imóveis de terceiro	1.743	0	0	0	1.743
Móveis e equipamentos	1.359	4	0	0	1.363
Sistema de comunicação	164	7	0	0	171
Equipamentos de Informática	1.525	41	-1	0	1.565
Sistema de Transportes	505	0	0	0	505
Outros ativos intangíveis	138	0	0	0	138
TOTAL IMOBILIZADO (CUSTO)	5.434	52	-1	0	5.485

A Administração da **Sociedade** avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes nas demonstrações contábeis.

10. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

a) Composição

<u>Tributárias</u>	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
IMPOSTOS S/ TERCEIROS	20	4
PIS	29	25
COFINS	180	154
TOTAL TRIBUTÁRIAS	229	183

<u>Previdenciárias</u>	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
IRRF S/ SALARIOS	176	218
INSS	138	147
FGTS	45	46
TOTAL PREVIDENCIÁRIAS	359	411

TOTAL FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	588	594
--	------------	------------

b) Reconciliação do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o Lucro líquido

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Resultado antes da tributação sobre os lucros	5.929	-1.155
(-) Juros sobre capital próprio	0	0
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos	<u>-6.025</u>	<u>-10.327</u>
Adições	15.059	20.233
Exclusões	-21.084	-30.560
Base de cálculo de imposto de renda e de contribuição social	<u>-96</u>	<u>-11.482</u>
Imposto de Renda corrente	<u>0</u>	<u>0</u>
Imposto de renda	0	0
Imposto de renda (alíquota adicional -10%)	0	0
Dedução Limite 4%) - PAT	0	0
Contribuição Social corrente	<u>0</u>	<u>0</u>
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%
Ajustes		
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados no resultado do semestre	<u>0</u>	<u>0</u>
Antecipações de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no semestre	<u>0</u>	<u>0</u>
Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar / (restituir)	0	0

Administração, realizou estudo e levantamento das operações de crédito que haviam sido baixadas para perda. Desta forma, a Sociedade realiza a exclusão, para fins de apuração de impostos, das perdas efetivas do exercício, totalizando R\$ 20.826 em 31 de dezembro 2023 (R\$ 30.560 em 2022).

11. Outras obrigações –Diversas

(i) Refere-se ao recebimento parcial devido à renegociação de dívida.

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Outras Obrigações - Diversas		
Circulante	<u>2.217</u>	<u>1.852</u>
Pagamentos a efetuar - Pessoal	981	914
Pagamentos a efetuar - outras desp.adm	289	126
Pagamentos a efetuar - Outros	8	0
Credores diversos no país	40	53
Recebimento parcial(i)	899	759
Não Circulante	<u>181</u>	<u>258</u>
Provisão passivo contingente	181	258
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	<u>2.398</u>	<u>2.110</u>

12. Ativos e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

A **Sociedade** é parte em processos judiciais de natureza cível. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, realiza análise individual de valor potencial de perda para as ações, considerando os critérios descritos na Resolução nº 3.823/09 do BACEN.

A Administração da **Sociedade** entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

A movimentação do passivo contingente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, ocorreram como demonstrado abaixo:

12.1) Movimentação dos processos por Natureza

	<u>Cível</u>
Saldo em 31/12/2022	258
Reversão de provisão	-104
Constituição de provisão	27
(-) Depósitos judiciais	-147
Saldo Líquido em 31/12/2023	34

12.2) Valores Registrados Contabilmente

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>	<u>Depósitos</u> <u>Judiciais</u>	<u>Valores</u> <u>Líquidos</u>	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>
Cíveis	181	-147	34	165
Trabalhista	-	-	-	0
TOTAL PROVÁVEL	181	-147	34	165

12.3) Valores não Registrados Contabilmente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cíveis	656	459
TOTAL POSSÍVEL	656	459

A Sociedade possui depósitos, na ordem de R\$ 147 em dezembro de 2023 (R\$ 930 em 2022), em garantia aos processos em andamento.

Os processos classificados, pela Administração e seus assessores jurídicos, como de probabilidade de perda possível, não estão reconhecidos contabilmente e montam R\$ 656 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 459 em 2022).

Não existem, em curso, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que pudessem impactar representativamente nas Demonstrações Contábeis e operações da **Sociedade**.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Capital Social da **JBCred** era de R\$ 46.500, totalmente subscrito, integralizado, detidas por acionistas, Pessoa Física, sendo dividido em 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações preferenciais nominativas, ao preço unitário de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reserva de lucros

Conforme disposições estatutárias e determinação da Lei n° 6.404, a Sociedade destina 5% do lucro líquido do exercício social para Reserva Legal, atendendo aos limites estipulados na legislação vigente. Os lucros remanescentes ao cálculo da Reserva Legal e das distribuições de dividendos e JCP, são transferidos para Reserva Estatutária, conforme estipulado no Estatuto Social da **Sociedade**.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme disposições estatutárias, devem ser estipulados aos acionistas, dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou Reservas de Lucros.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dividendos	1.713	0
juros sobre o capital próprio	0	0
TOTAL SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	1.713	0

14. Despesas administrativas

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2.023</u>	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
Água, energia e gás	79	157	128
Aluguel	344	689	635
Seguro Administrativo	0	2	0
Despesa de comunicações	127	252	293
Condomínio	81	154	142
Manutenção e conservação	60	127	76
Despesas de materiais	49	75	116
Despesas de processamento de dados	1.043	2.196	1.540
Propaganda e publicidade	276	554	542
Serviços sistema financeiro	2.517	5.028	6.482
Serviços de terceiros	3.277	6.415	3.811
Serviços técnicos especializados	1.273	2.608	1.976
Despesa de transportes	19	49	36
Amortização	14	28	11
Depreciação	147	307	23
Benfeitoria imóveis terceiros	39	95	383
Outras	215	391	201
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	9.560	19.127	16.395

15. Despesas com pessoal

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2.023</u>	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
Diretoria - honorários	330	792	879
Pessoal - benefícios	926	1.931	2.262
Pessoal - encargos sociais	852	1.891	2.291
Pessoal - proventos	2.560	5.010	6.000
Pessoal - treinamento	2	8	14
TOTAL DESPESAS PESSOAL	4.670	9.632	11.446

16. Receitas / Despesas Operacionais

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2.023</u>	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
Reversão provisões administrativas	37	116	90
Créditos previdenciários	235	235	0
Variação monetária ativa	135	135	0
Outras	5	28	61
TOTAL RECEITAS OPERACIONAIS	412	514	151

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2.023</u>	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
Descontos concedidos	-382	-969	-1.005
Perdas ações cíveis	-76	-168	-217
Outras	-30	-30	0
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	-488	-1.167	-1.222

17. Despesas tributárias

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2.023</u>	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
Despesas tributárias	-337	-598	-520
COFINS	-1.018	-1.916	-1.790
PIS	-165	-311	-291
Total	-1.520	-2.825	-2.601

18. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A **Sociedade** conta com estrutura independente de Gestão de Riscos, definida e aprovada pela Administração, em cumprimento aos normativos do agente regulamentador, o BACEN. A estrutura de Gestão de Risco tem a responsabilidade de identificar, avaliar e monitorar os Riscos nas disciplinas Operacionais, Mercado, Crédito e Liquidez, bem como garantir o funcionamento pleno da Estrutura de Controles Internos.

Os modelos de análise dos procedimentos de Risco foram definidos internamente pela Administração e Gestores de "Compliance", sendo adequados à complexidade atual da estrutura da **Sociedade** e de suas operações. Além das técnicas de acompanhamentos sobre Riscos, a **Sociedade** conta com colaboradores capacitados e especializados, subordinados hierarquicamente

aos departamentos ligados à Gestão de Risco, que somadas à utilização de softwares específicos de monitoramento de Riscos e os sistemas de emissão de relatórios para acompanhamento das operações, a Administração e os Gestores de "Compliance" alinham e monitoram a plena execução das rotinas envolvidas nos processos operacionais da **Sociedade**.

A capacitação técnica dos colaboradores em conjunto com os investimentos em ferramentas de mercado, adquiridas junto a empresas líderes em fornecimento de soluções corporativas, foram essenciais na manutenção das metas de crescimento sustentado. A rotina de análise e identificação de riscos e simulação de cenários de estresse de mercado, trouxeram uma melhor visão operacional Para a Administração e Gestores de "Compliance" da **Sociedade**, que tem em seu estilo, historicamente conservador, um forte aliado na mitigação de riscos potenciais.

Seguindo os princípios da Governança Corporativa, todos os documentos de trabalho de processos de simulação de mercado e mitigação de riscos, são disponibilizados para a Administração, no intuito de possibilitar a ação tempestiva e suficiente para mitigação dos Riscos.

Aliada às áreas operacionais internas, a **Sociedade** vem incrementando tempestivamente as áreas de Controle de Risco, contando com um departamento de "Compliance" Operacional e Legal, um departamento de Auditoria Interna, terceirizado e permanente, além de contratar serviço de Auditoria Externa Independente. A Administração julga, a manutenção destes e o incremento de capacitação em outros departamentos, como a melhor prática e fator primordial para que o processo de avaliação das operações possa estar certificado e seus riscos minimizados, no que tange a qualidade e fidedignidade de seus procedimentos e divulgações contábeis e financeiras.

i) Risco de mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Em cumprimento aos dispositivos da Resolução mencionada acima, a Administração definiu e incorporou e vem aperfeiçoando a política de Gerenciamento do Risco de Mercado em conjunto com a Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC), adequando às características das operações e complexidade dos produtos ofertados pela **Sociedade**.

Embora a **Sociedade**, atualmente, não mantenha nenhuma posição de Risco que referencie ao Risco de Mercado, todas as etapas para a identificação e controle do Risco foram desenvolvidas pela Administração e Gestores de "Compliance", como a estruturação das áreas de responsabilidade.

O Gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações, a complexidade dos produtos ofertados e a dimensão da sua exposição. Os processos de avaliação de Riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas

da **Sociedade**. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do Valor em Risco ("VaR"), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas.

O Modelo de financiamento para suas operações é totalmente voltado ao Capital Próprio, não sendo contratadas operações de crédito com outras Instituições Financeiras, desta forma, a totalidade da carteira de créditos da **Sociedade** é classificada como fluxo de caixa próprio.

Em conformidade ao determinado pelas normas atuais, o cálculo do Risco de Crédito segue a rigor aos ensejos de uma Sociedade de Crédito que ocupa o **segmento S5** perante o Banco Central do Brasil.

ii) Risco de crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas aos seguintes fatores:

- Ao descumprimento do tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.
- À desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.
- À redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que dispõe sobre a necessidade da estrutura de Gerenciamento de Risco Integrada, a **Sociedade** estruturou a área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC), sendo esta, a responsável pela manutenção normativa da Gestão do Risco de Crédito enquanto as áreas de Crédito e Produtos ficam responsáveis pela manutenção operacional e gestão das ações mitigadoras do risco de Crédito.

A política de crédito está voltada ao monitoramento contínuo das Operações de Crédito para verificar o risco de cada operação. A gestão do Risco de Crédito está dividida nas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança.

O amplo conhecimento sobre o público alvo, tomador destas Operações de Crédito, é fator primordial do sucesso e rentabilidade destas operações, tendo em vista a característica geral dos clientes, em relação a existência de restrições à obtenção do crédito no Mercado Financeiro com as demais Instituições Financeiras, comumente citadas como Crédito para Negativados. As concessões das operações para este tipo de consumidor são coordenadas e monitoradas pela Administração em conjunto com os Departamentos de Risco e Financeiro, o que possibilita o acompanhamento contínuo da carteira de crédito.

Com a finalidade de proteger-se contra perdas significativas decorrentes das Operações de Crédito, a **Sociedade**, considera todos os aspectos determinantes do Risco de Crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco, em cada operação.

Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente, os históricos de inadimplência individual e de mercado, para a formação de parâmetros de "Credit Score" e "Behavior Score". Além disso, são consideradas as informações da Central de Risco do BACEN, conforme as orientações da Resolução CMN nº 2682/1999, onde encontram formalizadas as regras de classificação e os percentuais de provisionamento mínimo das Operações de Crédito expostas à uma maior dificuldade de recuperação. As decisões operacionais e gerencias sobre a concessão de Operações de Crédito são de responsabilidade do departamento financeiro.

A aprovação do crédito é feita pela Mesa de Crédito Interna da **Sociedade**, de forma a garantir a uniformidade do processo e a contenção de eventuais tentativas de fraude. Os procedimentos de concessão estão formalizados e registrados em manuais internos de procedimento, devidamente revisados pela área de Gestão Financeira e pelos Gestores do "GRCIC".

Os correspondentes bancários da **Sociedade**, normatizados pelas regras da Resolução CMN nº 4.935, de 29 de julho de 2021, atualmente encontram-se totalmente terceirizados, e não participam no processo de aprovação das Operações de Crédito, onde somente figuram como captadores de propostas de concessão de crédito. As exceções e/ou desvios aos padrões de classificação de Risco estabelecidos pela Administração e pelos Gestores do "GRCIC", são tratadas diretamente entre a Mesa de Crédito e os níveis hierárquicos de supervisão e gerenciamento de riscos, por meio de limites de alçada de aprovação.

Os procedimentos de cobrança são executados por equipes internas e empresas externas parceiras especializadas, visando conter os índices de inadimplência, garantindo a rentabilidade das operações concedidas e acompanhadas pela "GRCIC" de forma a garantir a convergência com as práticas legais do Mercado Financeiro. A carteira de inadimplentes classificada em compensação é trabalhada com recursos de cobrança e campanhas. O acompanhamento de casos relevantes (entende-se como operações superiores ao valor médio das operações de crédito historicamente registradas) é analisado sob a ótica da PLD/FT e recebem análise diferenciada no processo de aprovação de crédito.

iii) Risco operacional

A Gestão do Risco Operacional também é disciplina da área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC). Atendendo a orientação da Resolução CMN nº 4.557/2017, visa detectar e mitigar os riscos de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Risco Operacional é monitorado e avaliado através da disponibilização de ferramentas de apoio ao colaborador, divulgação de políticas internas e metodologias da **Sociedade**, através de atividades contínuas de gestão e pelo Departamento de Auditoria Interna.

As inconformidades com as políticas e determinações da Gestão de Risco Operacional, são comunicados à Administração de forma ativa e tempestiva para garantir a eficiência operacional e mitigação de perdas operacionais da **Sociedade**. A Gerência de Riscos possui diversas ferramentas, contando com sistema interno de registro e mapeamento das mesmas, para a verificação de qualquer inconsistência que possa provocar perdas, recuperáveis ou não. São disponibilizados relatórios gerenciais para a Administração, assim como se utilizam ferramentas de análise e extração de informações como o "Datawarehouse" para o armazenamento lógico de todas as informações estratégicas e para a análise de grandes volumes de dados, com o intuito de obter informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão, comumente conhecidos como "Business Intelligence".

Outras soluções para a avaliação de "exceções" existentes na **Sociedade** são utilizadas na análise de operações que podem resultar em risco de perdas. As soluções atendem basicamente às Operações de Crédito e identificam desvios nos procedimentos internos ou modelos definidos.

Os desvios são analisados por pessoas autorizadas e classificadas por níveis de acessos e de alçada. Atualmente os membros da Diretoria Financeira e Presidência possuem alçada para concluir sobre a operação. As incoerências que caracterizam exposição a riscos, perdas ou possibilidades de perdas, são apontadas e relatadas à Administração pela Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance".

A Auditoria Interna, por sua vez, fornece os subsídios à Administração através de seus papéis de trabalho, a fim de indicar pontos de fragilidade de controles e melhorias operacionais para estabelecimento de planos de ação e correção das deficiências e mitigação dos riscos.

Os dados e análise sobre perdas ou possíveis perdas operacionais são armazenados em banco de dados, o que permite à **Sociedade**, por meio de análises, aprimorar as metodologias de gestão de riscos. Matrizes de riscos são utilizadas para identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos que as operações da **Sociedade** estão sujeitas e são periodicamente revisadas e atualizadas. O Departamento Jurídico analisa constantemente a inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela **Sociedade**, seja das Operações de Crédito ou da contratação de bens ou serviços. Atua para estabelecer, avaliar e verificar detalhadamente a conformidade e regularidade das cláusulas contratuais a fim de evitar sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e eventuais processos por danos causados a terceiros.

iv) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez ocorre quando há desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da **Sociedade**,

levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A estrutura responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez é a Diretoria Financeira e Presidência, que monitoram e controla o fluxo de caixa e as modalidades de investimento em aplicações financeiras. O Departamento Financeiro elabora relatórios gerenciais relacionados às condições de liquidez da **Sociedade**, que são direcionados a Diretoria.

Atualmente, na relação entre ativos e passivos, a **Sociedade** apresenta grau de liquidez em patamares, considerados pela Administração, como adequados e por política operacional, utiliza-se apenas de recursos próprios.

v) Risco Socioambiental para o Crédito

Em conformidade com as orientações Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021 do BACEN, a JBCRED está buscando incorporar as práticas e os procedimentos para a gestão e o desenvolvimento sustentável das políticas socioambientais, concedendo crédito somente a pessoas físicas.

A JBCRED não trabalha com pessoas jurídicas e desta forma não atua em projetos de impacto e relevância material. Os valores de concessão destas operações são considerados não materiais e extremamente pulverizados e não apresentam grande impacto individual socioambiental. Estas operações também não se caracterizam como atrativas sob a ótica das práticas envolvendo a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Mesmo sob este cenário, estamos adotando as ações necessárias para a efetiva Gestão do Risco Socioambiental, através de ajustes dos procedimentos sistêmicos e operacionais, efetuando a disseminação do conhecimento a todos colaboradores pela governança e ampliando a base de conhecimento e treinamento dos técnicos diretamente envolvidos na questão.

vi) Atividades dos controles internos

A Estrutura de Controles Internos atende aos dispositivos da Resolução CMN N° 4.968, de 25 de novembro de 2021 e normas posteriores e visa garantir a eficiência do Sistema de Controles Internos da **Sociedade**, estabelecendo objetivos e mecanismos que possam assegurar a conformidade com as Políticas e Normas Internas e legislações aplicáveis. É responsável pelo mapeamento de todas as ocorrências e ações executadas na **Sociedade**, assim como pela análise das estruturas operacionais existentes e das estruturas que sejam criadas, com a finalidade de definir as sequencias lógicas de trabalhos para conduzir ao resultado esperado.

O sistema de controles internos visa conferir se os processos e sistemas de gestão dos diversos tipos de riscos estão aderentes às normas internas e legislação oficial regulatória, bem como é responsável pela realização de testes de avaliação dos sistemas, processamento e modelos de controle de risco.

A estrutura é descentralizada quanto ao quesito operacional, pois cada área representa um Agente de Controles Internos, mas é gerida diretamente pelo departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC).

vii) Governança corporativa

As práticas de Governança Corporativa foram implementadas e são revisadas constantemente, como forma a garantir que as ações e orientações estejam adequadas ao Mercado Financeiro, em modelo sugerido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que leva em conta as variáveis de complexidade da estrutura e tamanho da Instituição Financeira.

As seguintes orientações foram implementadas pela Administração:

- Aprovação de Projetos internos por Comitê Multidisciplinar de forma a garantir a difusão do conhecimento entre as áreas de negócio;
- Amplo envolvimento da área de Gestão de Riscos para que novas ações estejam de acordo com as normas e leis atualizadas, desde sua discussão;
- Alinhamento direto entre Alta Gestão e Gestores de Negócio para aprovação de projetos e orçamentos;
- Ampla divulgação dos trabalhos internos como forma de ampliar o acesso às decisões e suas bases;

A implantação da Governança Corporativa em sua essência trouxe aos diversos níveis da **Sociedade** uma melhor compreensão sobre sua missão principal e também a melhor interação entre níveis e áreas da corporação.

19. Ouvidoria

A **Sociedade** tem uma área de Ouvidoria em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4860/2020, (CMN) e Resolução BCB nº 28/2020 que atua como canal de comunicação entre a **Instituição**, órgãos reguladores e seus clientes para solucionar eventuais pendências e prestar esclarecimentos sobre seu produto.

20. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 a **Sociedade** possuía cobertura de seguros por incêndio, responsabilidade civil e para os veículos no montante total de R\$ 8.160 e (R\$ 8.160 em 2022). O valor segurado é determinado pela Administração, em base técnica que se estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. Os valores de cobertura de seguro não foram auditados.

21. Instrução Resolução CVM nº 162/2022

A Instituição segue as disposições da norma que regula a divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa.

22. Limites operacionais

A Instituição atende a Resolução BCB nº 69/2021 que Estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas a apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares que especifica, segundo a norma: "...§ 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 5 (S5)...", "...2º As informações mencionadas no art. 1º devem ter como data-base o último dia de cada mês..." e "...3º As informações devem ser remetidas ao Desig sempre que solicitadas, inclusive para datas-bases...". Este documento é uma memória do acompanhamento que a Instituição está fazendo de seus limites. Estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas a apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares.

Todas as Operações de Crédito que compõe a Carteira Classificada da **Instituição** são de natureza de não negociação, voltadas as pessoas físicas, sem garantia ou aval e são ponderadas pelo fator associado ao risco de acordo com a Resolução BCB nº 229/2022, estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente as exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD). Dadas as características de nossa operação, com capital próprio e carteira não negociada, as parcelas sobre Risco de Crédito e sobre o Risco Operacional são as mais significativas para a ponderação dos Ativos.

Quadro de Limites Operacionais referentes a 31/12/2023:

Patrimônio de Referência – (PR)	88.610
Ativos Ponderados pelo Risco	35.923
RWAmpad (RWAjur1) - Mercado	194
RWAcpad - Crédito	31.745
RWAopad – Indicador Básico – Operac.	3.984
RBan	1.720
Índice Basileia	246,67%

23. Eventos Subsequentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreu nenhum evento subsequente que alterasse significativamente o resultado ou situação patrimonial da sociedade.

Diretoria



Rodrigo Della Casa
Diretor Presidente



Elaine Florentino de Gois
Diretora



Marcelo Alcides Ignácio Pereira
Contador – CRC 1SP 212924/O-3



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores e aos Acionistas da
JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“JBCRED” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“JBCRED” ou “Sociedade”), em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 03, Plano de implementação Res. 4.966/21, na qual a JBCRED divulga que “em cumprimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e outros normativos correlacionados, a JBCRED está elaborando o Plano de Implementação da Regulamentação Contábil e dos impactos preliminares previstos pela mesma resolução. Este plano engloba a definição de equipe do projeto, estudo da regulamentação, montagem de cronograma em conjunto com fornecedores, bem como apresentação e aprovação da Diretoria. A JBCRED está atuando junto aos grupos de trabalho, fóruns específicos e em contato próximo e permanente com o prestador de serviço de tecnologia para monitoramento e discussão das principais mudanças e funcionalidades impactadas. A instituição entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros terão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e a readequação de políticas e controles, bem como reformulação do elenco de contas do COSIF. O cronograma do Plano de Implementação prevê fases de testes e homologações durante o ano de 2024 para implantação e vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Diretoria está ciente e aprova o plano de implementação, considerando os impactos e mudanças contábeis, regulatórias, de risco e normas internas das implementações do proposto pela Resolução CMN 4.966/21, e está empenhando esforços ao atendimento das melhores práticas, visando maior qualidade nas informações fornecidas aos usuários.

Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da Sociedade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 25 de março de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2024.03.25 08:57:33 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

JUCLEIA
GONCALVES
RODRIGUES:4768
9692087

Assinado de forma digital
por JUCLEIA GONCALVES
RODRIGUES:47689692087
Dados: 2024.03.25
09:02:17 -03'00'

Jucléia Gonçalves Rodrigues
Contadora 1 CRC RS 078349/O-1
Sócia